

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1237175 - SP**  
**(2017/0329566-2)**

**RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADOS : MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA ALVES -**  
**SP284884A**  
**GIOVANNA MARSSARI - SP311015**  
**MATEUS ROCHA TOMAZ - DF050213**  
**AGRAVADO : ALFEO PEREIRA**  
**AGRAVADO : BETA DISTRIBUIDORA DE GENEROS**  
**ALIMENTICIOS LTDA**  
**ADVOGADO : CÉSAR ROMERO DA SILVA - SP070548**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. GUARDA DOS DOCUMENTOS. DEVER DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. ILEGITIMIDADE. PÓS-QUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Na hipótese, inexistente violação dos arts. 535 e 458, II, do Código de Processo Civil de 1973 (arts. 1.022 e 489, § 1º, do CPC/2015).
3. No caso em apreço, rever a conclusão de que é dever do agravante exibir os documentos demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento inviável em virtude do disposto na Súmula nº 7/STJ. Precedentes.
4. A pretensão de discutir questões alegadas somente nos embargos de declaração, opostos à apelação, caracteriza o pós-questionamento e atrai a incidência da Súmula nº 211/STJ.
5. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva - Relator